

Pauta: Apresentação, por parte da SMED, do programa Incluir+POA

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): (14h24min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude, hoje com a pauta da educação. Já estão aqui sentados junto conosco o secretário José Paulo, o Ver. Giovani Culau, o Ver. Jonas Reis, o Ver. Gilson Padeiro e eu, Ver. Mauro Pinheiro. Convido para fazer parte da Mesa: o Sindicato dos Municípios de Porto Alegre – Simpa; a Luciane, da Associação dos Trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre – ATEMPA; a Érica Rocha, do Instituto Angelina Luz; e a Rosele, do Fórum dos Diretores. A pauta é: Apresentação, por parte da Secretaria Municipal de Educação – SMED, do programa Incluir+POA.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para fazer uma introdução.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Só queria agradecer ao presidente por prontamente ter acolhido a proposição, agradecer aos colegas de comissão e a vinda do secretário até a Câmara de Vereadores. Seja muito bem-vindo. A gente até comentava informalmente que é o primeiro convite que a gente faz ao secretário. Ficamos muito felizes de tê-lo aqui na Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude. Cumprimento também os demais representantes das entidades, ATEMPA, escola, Simpa, Projeto Angelina Luz, e dizer que a inclusão, Mauro, – nós que acompanhamos aqui na Câmara de Vereadores –, é um tema complexo, porque nem todos da sociedade ainda acordaram para a produção, para a permanência, para o fomento das políticas de inclusão real na sociedade. Se a gente for olhar, nós chegamos a ter uma secretaria de acessibilidade em Porto Alegre, e hoje a gente não tem mais, isso já foi a dois governos atrás, e a gente caminha nas calçadas, principalmente das zonas mais afastadas... Esses dias eu recebi, Gilson, um vídeo dum cadeirante, lá na Parada

21, no meio do alagado; o pessoal teve que pegar ele no colo e pegar a cadeira. Então, vocês imaginem, é uma situação grave que não é peculiaridade, particularidade, de Porto Alegre, é um problema histórico do Brasil; e o modelo de escola que a gente ainda tem hoje é uma escola que inclui pela matrícula, mas exclui pela sua metodologia. Então, muita gente consegue vaga nas escolas brasileiras em mais de 5 mil municípios, mas, desde a formação inicial dos professores – a gente vê, por exemplo, pedagogia às vezes tem uma disciplina de educação especial –, os professores são surpreendidos com toda uma diversidade de potencialidades dos alunos e de caminhadas que cada um vai constituindo; e a gente vê que o Estado brasileiro peca muito, tem esse desafio e, até hoje, eu gostaria de ver no futuro uma política de fomento e integração de secretarias, que é uma coisa, secretário, até, inicialmente, eu deixo aqui um questionamento. Porto Alegre ainda não tem uma integração entre saúde, educação, por exemplo, e assistência social, e poderia ter. Eu lembro que eu estive participando do governo Tarso Genro no Estado, por quatro anos, e também lá não tinha. Então, é uma dificuldade. Se teve uma tentativa, Cindi, tu também estiveste lá, mas é muito difícil. Então, nós temos políticas que cada um vai tocando, mas elas não que se integram; isso é um desafio. Mas a gente recebe o secretário aqui com muita satisfação para ouvi-lo por esse projeto e trazer questionamentos também às demais instituições. Obrigado, Mauro.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Secretário José Paulo.

SR. JOSÉ PAULO DA ROSA: Muito obrigado. Boa tarde a todos. Quero saudar, então, o presidente desta Comissão, Mauro Pinheiro. Obrigado pelo convite; também ao Ver. Gilson Padeiro, que me frustrou muito pelo fato de não ser padeiro, ter o padeiro só no nome; também o Ver. Jonas Reis, que foi o autor do pedido da vinda da SMED para explicar o programa. Também agradeço ao Ver. Giovani Culau, obrigado pela presença; já estivemos juntos na última semana, e é um prazer estarmos juntos aqui novamente. Cumprimento a todos os colegas que me acompanham aqui na Mesa, do SIMPA, da Atempa, do Fórum dos

Diretores, das demais entidades; de boa parte já estivemos juntos também na sexta-feira, e é um prazer reencontrá-los aqui para a gente discutir este tema que é um tema bastante relevante. Nós tivemos a divulgação desse programa com algumas dúvidas sobre a sua instalação, e alguns dos representantes aqui, inclusive o Ver. Jonas e o Ver. Giovani estiveram comigo na sexta-feira, onde nós pudemos explicar um pouco mais, mas aqui, formalmente, eu vou fazer essa explicação novamente e vou me colocar à disposição de todos para tirar dúvidas. Eu esclareço já, de antemão, a *mea culpa* que eu fiz na sexta-feira, que um programa dessa magnitude deveria ter ouvido todas as partes interessadas. Eu assumi há cerca de 40 dias, e na primeira semana eu participei de uma audiência onde este programa foi apresentado, então este programa decorre de uma ação da Defensoria e do Ministério Público por conta da judicialização que estava acontecendo, pedindo que a SMED apresentasse um programa. Este programa foi desenvolvido, foi apresentado nessa audiência e foi aceito pela Defensoria, foi aceito pelo Ministério Público, um juiz que deu o aval, e o programa então foi autorizado, foi assinado o acordo, e a partir daí passou a acontecer o edital de seleção desta organização que vai nos apoiar para esse atendimento. Todavia, pelo que eu pude acompanhar, ele é um projeto no qual eu vejo alguns méritos, e ficou acertado no acordo que ao longo do próximo ano nós vamos avaliar se está funcionando, se precisa alterar ou se não, mas ele não ouviu as partes interessadas, todas as partes interessadas, e é o que gera dúvida, gera alguma desconfiança. Então eu concordo que em outras ocasiões – e eu estou me comprometendo nesse sentido –, em qualquer programa dessa natureza, a gente vai ouvir todas as partes, porque eu tenho convicção de que a partir daí a gente vai ter melhores condições de ter um programa que atenda melhor ainda as necessidades dos alunos de inclusão. Mas eu gostaria de apresentar, e o programa tem uma projeção aqui, eu só acho que o *layout* aqui não favorece muito, eu não sei se vocês conseguem enxergar ou se vocês querem, de repente, sentar aqui para reduzir a luz. Ou reduzir um pouquinho a luz. Vou rapidamente apresentar então o programa. Tem aqui alguns detalhes que eu acho que são importantes para o conhecimento de vocês, e depois eu fico à

disposição se tiver alguma dúvida. (Procede à apresentação de PowerPoint.) Esse é contexto das nossas escolas: são 42 de educação infantil, das escolas próprias – não estou falando aqui da nossa rede conveniada, que tem mais de 200 escolas que nos atendem também, mas da rede própria –, que são 42 escolas municipais de educação infantil, quatro escolas que atendem alunos especiais, e uma escola específica de surdos, bilíngue, duas escolas que atendem o EJA e 49 escolas de ensino fundamental. Aí o número de alunos, dá um total de 47 mil alunos, e perto de 7% deles são alunos com alguma deficiência. Então, 3.391 hoje é o número total de alunos, e até a gente consegue ver – eu acredito que é na próxima, Gilson – os tipos de deficiências, que são 6,9%, estou arredondando para 7%. De autismo infantil, então, são 1.250, um número bastante expressivo; e também deficiência intelectual, aqui em cima, são 1.938. Essas são as maiores incidências dentre esses mais de 3 mil que nós possuímos hoje na rede.

Alguns problemas, Rosele, que nós encontramos nas nossas escolas: infrequência; evasão; distorção idade x ano; um IDEB baixo aqui em Porto Alegre, especialmente depois da pandemia; mais agressividade e violência no contexto escolar; ausência da família nas atividades escolares... E o projeto vem atender especificamente o Plano Municipal de Educação, a lei municipal de 2015, que fala da Meta 4, para manter, para o público-alvo da educação especial, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema inclusivo, salas de recurso multifuncionais, profissionais de apoio, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. Isso é o que diz o Plano Municipal de Educação. E também a lei federal de 2019, que diz que as redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, que o plano lá estabelece.

Então, o edital que está na rua hoje é de chamamento público, conforme a lei federal de 2014, e prevê quatro regiões em que nós trabalhamos – e está ali o número de profissionais que a gente está dividindo –, e mais um grupo que vai

trabalhar também com a educação básica, que vai ter mais 19 psicólogos também. Então, coordenador, psicopedagogo, fonoaudiólogo, psicólogo, assistente social e 357 agentes de educação inclusiva, divididos em quatro lotes, conforme os números de estudantes com deficiência que nós temos em cada uma dessas regiões – norte, sul, leste e oeste –, mas é um total de 421 profissionais que nós estamos selecionando para serem acrescentados ao contingente de monitores que nós temos hoje.

E aí, como é que se chegou a esses 357 agentes de inclusão? Tem algum tipo de deficiência que exige um agente de inclusão ou um monitor específico para aquela situação, e a gente vai manter, a gente não vai... Não é o caso aqui, no ensino fundamental, de 1 agente de inclusão para cada 10 alunos em todos os casos, mas a gente precisava ter um número para poder oferecer, e o número que nós encontramos, neste momento, foi de 1 agente de inclusão para cada 10 alunos de inclusão, no ensino fundamental; e de 1 para cada 5, na educação infantil, embora a gente vá manter ou monitor ou esse agente para aqueles casos que precisem de um atendimento individual e um acompanhamento individual. Mas, no geral, para ter um número aproximado, porque são mais de 3 mil hoje... eu não posso deixar 1 agente para cada 1, até porque tem alguns que não precisam de um exclusivo, pelo tipo de deficiência que têm. Pode ser um grupo com um agente controlando, mas é claro que nós vamos avaliar. Se for necessário ter um número maior, nós contrataremos mais; mas, neste momento, a proposta que foi feita, então, é esta: de 1 agente de inclusão para cada 10 alunos de inclusão, no ensino fundamental; e de 1 agente de inclusão para cada 5. E aí está a divisão em cada região. Para você ter uma ideia, a gente considerou, na região norte, 28 escolas, 14.800 alunos e 966 alunos, que carecem desse atendimento, e a gente divide, então, 10 estudantes para 1 agente, no ensino fundamental; e 5 para 1, na educação infantil. E foi essa a divisão que fizemos nos quatro lotes.

Bom, tem algumas execuções, metas, que estamos trabalhando para poder garantir o atendimento: organização por polo de atendimento, garantir atendimento educacional especializado aos estudantes, além dos tempos e

espaços...quer dizer, o psicólogo, o fonoaudiólogo são acréscimos relevantes, porque muitos desses estudantes não têm acesso a esse tipo de atendimento hoje e passarão a tê-lo. Nós vamos ofertar também formação continuada na área da educação especial aos docentes, atender os estudantes em suas especificidades, e também fomentar a pesquisa no contexto escolar. Quer dizer, são algumas diretrizes e metas; e tem mais um lote único de todas as escolas que a gente está contratando ainda mais psicólogos para atender não só o aluno de inclusão, mas todos os demais alunos também serão atendidos. Têm também algumas diretrizes e metas que nós estabelecemos para esse grupo de lote único. Nós já temos aqui os critérios com pontuação para poder selecionar essa organização da sociedade civil. Felizmente temos boas entidades que estão nos procurando e que deverão participar, o que nos dá uma segurança de poder selecionar entidades sérias, comprometidas, preparadas para fazer esse atendimento.

E aqui tem um pouco dos números, coordenadores são quatro, psicopedagogo são oito; isso aí na educação especial e depois daquele conjunto único que a gente está tendo de mais 19 psicólogos e valores assim mensais que nós estipulamos que é uma base para nós estabelecermos um orçamento para essa atividade, que não é barata, a gente acrescentar 421 novos profissionais para fazer esse atendimento.

Aí alguns critérios que a gente está utilizando para poder comprovar o atendimento do serviço que será prestado. A nossa ideia é contratar até o final de setembro, se tudo correr corretamente, e ao longo do próximo ano a gente ir avaliando, e avaliando inclusive com a Defensoria e com o Ministério Público para ver se está atendendo, se não está. Mas se tudo estiver bem, obviamente, a contratação nos permite renovar por até cinco anos quem for selecionado. Tem um cronograma estabelecido, o prazo que a gente está colocando – eu sei que quem está lá fora fica mais difícil –, mas é 15 de setembro, a última coluna, que nós estabelecemos aí, se tudo correr bem o prazo de contratação, também na linha do tempo é mais ou menos aqueles prazos do cronograma.

Em síntese, colegas, é um pouco da apresentação; acho que podemos acender à luz, e eu tiro mais alguma dúvida aqui. Mas se tinha algumas dúvidas, que talvez não ficasse muito claro, se os atuais monitores, a gente sabe do vínculo desse estudante com alguns monitores. E eu me comprometi, nós não vamos substituir os monitores, era uma preocupação, o Giovanni estava lá, uma preocupação de todos, e eu me comprometi, nós não vamos fazer isso. Aquele aluno que tem vínculo com algum monitor, permanece com esse monitor. Nós vamos acrescentar 421 novos profissionais na rede. Uma outra coisa que eu informei que não tem a ver com o tema, mas também vai ter algum impacto, é que nós estamos chamando professores. Nós estamos chamando, ao longo dessa semana já 337 professores do último concurso e vamos chamar mais 420 em outubro. Uma preocupação que eu manifestei é que alguns dos atuais monitores, ou dos monitores que nós estamos... Cerca de 201 do último concurso também, fizeram este concurso para professor, e ao chamar o professor pode ser que esses monitores queiram assumir como professores. Então, eventualmente, pode acontecer alguma movimentação de monitor se ele for assumir como professor, e não tem como nós impedirmos isso. Então nesses casos, nós vamos ter que conversar para ver como fazer isso com o mínimo estresse possível, e vamos ter que conversar caso a caso para ver como é que funciona. Mas os atuais monitores, de nossa iniciativa, nós não vamos fazer a mudança, eles vão permanecer, e nós vamos acrescentar então 421 novos profissionais. Eu acredito que é um programa que nos ajuda minimizar os problemas que nós temos hoje do atendimento do aluno com deficiência. É um número que tem aumentado bastante; tenho a perspectiva de aumentar. Esse número que nós apresentamos atende à necessidade de momento, nesse cálculo aí de um para dez, ou um para cinco, e considerando aqueles que precisam de um atendimento exclusivo. Mas nós vamos ter que avaliar, certamente se é possível, se não é, e eu vou me colocar à disposição – já me coloquei à disposição – me comprometi, inclusive em constituir aqui um grupo de trabalho, num prazo de até 15 dias que a gente defina isso. E este grupo de trabalho me ajude a monitorar a implantação do programa, porque se

percebermos que precisa de algum ajuste, que precisa de alguma revisão, certamente faremos. Ninguém tem interesse aqui em tomar uma decisão que prejudique os nossos estudantes, especialmente esse estudante de inclusão, mas a proposta apresentada foi aceita pelo Ministério Público, aceita pela Defensoria, validada por um juiz, e acho que a gente tem as condições para implementar e tentar minimizar esse problema. Fico à disposição se tiver algum questionamento.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Muito obrigado, secretário, bastante elucidativo, e a gente sabe, nós, aqui, acompanhamos pela comissão a quantidade de pessoas que tem, inclusive, utilizado – como o senhor falou – o Judiciário para poder ter o monitor nas escolas. E as dificuldades também das escolas de fazer essa inclusão, a gente sabe que é importante, mas não é muito fácil. Então, a gente fica feliz que o a Prefeitura está tomando uma iniciativa de colocar mais profissionais sem a necessidade de estarem entrando na justiça para poder ter esses monitores nas escolas. Principalmente, eu acompanho bastante as escolas conveniadas, escolas infantis, e a gente vê a dificuldade muitas vezes que elas têm pela falta desse monitor, que não tem a estrutura suficiente para manter. Inclusive, já escutei de coordenadores de escola dizendo a dificuldade que eles têm de espaço e tudo. Então, é importante que a gente faça essa discussão da inclusão, acho que é um tema bastante importante na nossa cidade. Agora a gente vai abrir para os vereadores que quiserem se inscrever. Já queres falar, Jonas? Ver. Jonas Reis, nosso professor. Só vou pedir para o pessoal procurar controlar o tempo, em torno de cinco minutos no máximo, para a gente poder fazer, se for possível, uma segunda rodada. Ver. Jonas Reis.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Queria agradecer, presidente, o espaço da fala, agradecer o secretário pela apresentação. Eu trago aqui alguns questionamentos: a rede conveniada, por exemplo, na educação infantil, é mais do que quatro vezes maior do que a rede própria. Eu vejo uma ausência de uma

política para a rede conveniada, então, isso me preocupa. E aí eu faço o seguinte questionamento: Por que esse programa não é implementado na rede conveniada? E, na rede própria, a gente dá mais robustez aos concursos para educação especial e um programa de formação continuada. Aí, a SMED, comprando cursos, ou fazendo um convênio com a universidade federal, as universidades federais, os institutos, de formação pedagógica para as monitoras e monitores que tem... e fazer um incremento – não precisa ser um incremento imediato, porque a gente sabe que isso depende dos trâmites do RH da SMED, mas um incremento escalonado, organizado com os servidores com estabilidade. Por que eu digo isso? Porque, pela base salarial apresentada aqui para os trabalhadores que vão ser selecionados como agentes de inclusão, eu temo que vá acontecer o que acontece, hoje, com os serviços terceirizados da Prefeitura. Hoje, Mauro, tu tens um cidadão trabalhando – é o que acontece aqui na Câmara –, a gente está criando um vínculo com o trabalhador que faz a higienização, que faz o serviço, quando vê, ele não está mais, já é outra pessoa, porque o salário é muito reduzido, e as pessoas buscam melhores oportunidades. Então, o que me preocupa é um trabalho pedagógico de inclusão que precisa de um vínculo socioafetivo vir por meio da terceirização. É uma preocupação, como pessoa que estuda a educação já há algum tempo, e que, felizmente, acompanho o trabalho de quatro escolas de educação especial da rede, principalmente a Escola Tristão, que tem um trabalho esplendoroso. E eu acho que esse modelo que a rede tem com o servidor concursado é um modelo de sucesso, historicamente, constatado em toda a nossa rede, e a gente sabe disso pelas direções, pelas famílias. Então acho que a ideia, secretário, é salutar, que a iniciativa de se movimentar para ter mais trabalhadores para esta área deve ser saudada. Eu saúdo essa iniciativa, mas, quanto à metodologia e à forma de contratualização, eu tenho essa preocupação. E, por último, diria o seguinte: os números que, hoje, nós temos da rede talvez não sejam esses, porque nós temos uma dificuldade enorme de diagnóstico e de acesso ao SUS. Então, como diria no linguajar popular, o buraco é mais embaixo, porque a situação da cidade é uma situação antiga de déficit com as pessoas com

deficiência. E a gente precisa... inclusive, eu acho – Mauro – que nós poderíamos propor aqui uma reunião conjunta, a partir dessa reunião, com a COSMAM, porque é fundamental que o secretário da Saúde possa se pronunciar como o SUS está pensando. E aqui deixo, por último, um relato: eu enviei uma emenda de R\$ 50 mil para trabalho com psicologia, saúde mental na educação infantil da Restinga – Bete, tu que moras lá e trabalhas lá – e não foi implementada na saúde. Então eu acho que é um problema que nós precisamos ver em várias áreas, eu acho que a iniciativa da SMED percebe o problema e tenta tomar uma atitude, porém eu vejo uma desintegração, e aí eu falo naquela minha introdução aqui. Eu acho que algumas secretarias precisam pensar de forma coadunada, sob qual prejuízo? Se encaminha um trabalho pedagógico nas escolas, mas a gente esbarra na assistência social e esbarra, por exemplo, no SUS. Eu acho isso gravíssimo, e nós poderíamos dar o exemplo em Porto Alegre de integrar as políticas. Então fica aqui essa minha reivindicação, essa minha proposição de encaminhamento para que a gente possa tratar da inclusão de uma forma mais ampla, mas, de qualquer forma, ficam as perguntas aqui para o secretário inicialmente assim. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): A Sra. Luciane está com a palavra.

SRA. LUCIANE PEREIRA DA SILVA: Boa tarde, eu sou a Luciane, sou diretora geral da ATEMPA, estou aqui junto com a Rosele que também é diretora da ATEMPA e representa aqui também o Fórum de Diretores. Quero saudar essa reunião da Comissão, a presença dos nossos vereadores Giovani Culau, Ver.^a Biga, Ver. Jonas, demais vereadores, secretário de Educação, a nossa companheira de luta Erika, a direção do Simpa e a nossa colega do Conselho Escolar. Primeiro quero dizer que, quando o secretário fala deste erro de origem, de falta de diálogo para construção desse debate em relação à inclusão, eu quero reforçar esta questão, porque a nossa rede municipal construiu diretrizes curriculares para a educação inclusiva. Nós, enquanto Associação dos Trabalhadores da Educação, participamos desse processo de amplo debate com

a comunidade e que construiu um parecer no âmbito do Conselho Municipal de Educação que dispunha sobre as diretrizes da educação especial no sistema municipal de ensino. Então isso é uma outra questão também importante. A gente não pode falar em educação especial, quando se trata da Secretaria Municipal de Educação, apenas no âmbito da rede própria. Como o Ver. Jonas trouxe aqui, a maioria das nossas escolas de educação infantil são escolas conveniadas. Então a grande parte das nossas crianças são atendidas na educação, no ingresso, na educação, pela rede conveniada. Então essas diretrizes precisavam ser revisitadas, quando se propõe um programa. E aí eu relativizo a questão de programa, porque, na verdade, a gente precisa de política pública perene para essa questão da inclusão no nosso município de Porto Alegre. E a gente percebe, secretário, que essa proposta, na verdade, trata mais da questão do recurso humano como de uma política pública para dar conta do processo de inclusão das crianças e adolescentes. Além de não atender a questão da rede conveniada também não atende parte da nossa rede própria, que são as escolas de Educação de Jovens e Adultos. Nós temos uma escola própria de educação de jovens e adultos. E essa questão da inclusão tem que ser vista no âmbito de todo sistema municipal de ensino. Então ontem nós realizamos, chamados pelo Fórum de Inclusão Escolar, que foi um fórum constituído em 2007, na faculdade de educação, discutimos essa questão desse processo de inclusão e o debate que nós temos que fazer. Nós estamos às portas de uma conferência nacional de educação em que a gente vai, com certeza, buscar incidir nesse processo da política pública para a inclusão. Então algumas questões então que trouxeram nesse fórum são extremamente importantes, porque a inclusão se faz em todos os espaços da cidade e ela não é só a cargo de professores, ela abrange as escolas e para os sujeitos de todas as idades. A questão da necessidade da ampliação da oferta de atendimento educacional especializado na educação infantil contemplando a rede conveniada, a questão da participação das escolas da rede própria e da rede conveniada, assim como dos serviços, SIR, EPE, PI, PTE na construção das políticas públicas, todos esses serviços que não estão colocados na questão do

programa não são sequer ditos como é que a gente vai poder potencializar as nossas Salas de Integração e Recursos a partir daqui. Acho que não poderia deixar de dizer da importância do chamamento dos monitores aprovados, das monitoras aprovadas, porque, na verdade, eles contemplam essa atividade da questão do dito agente de inclusão, e é um trabalhador, uma trabalhadora concursada que permanece na escola. Esse programa tem uma duração de cinco anos, podendo ser renovado, mas a gente precisa, como eu digo, de uma política pública para a inclusão, e não um processo de precarização e terceirização. É nesse sentido a nossa fala. Eu coloquei, na outra vez lá, a questão de que 50% deste corpo de profissionais podem ser estagiários que a OSC venha a ofertar no caso das escolas. Eu trago um pouco do que uma mãe, na última reunião, falou: por que para a educação inclusiva a gente vai terceirizar e terceirizar? A gente tem que garantir uma política pública que dê conta do atendimento dessas crianças com profissionais concursados. E dizer que “formação cotidiana em serviço”, isso já está aqui nas diretrizes, e, na verdade, o que a gente está vivendo hoje se deve muito à gente não cumprir as diretrizes curriculares educacionais para a educação inclusiva. É isso.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Obrigado. A Sra. Cindi Sandri está com a palavra.

SRA. CINDI REGINA SANDRI: Boa tarde a todos, todas e todes, eu sou a Cindi Sandri, diretora-geral do Simpa. Estou acompanhada aqui pelo Assis e pela Bete Charão, que são também diretores do nosso sindicato. Quero cumprimentar a todos e todas, não vou citar, mas repito o cumprimento dado pela Luciane aqui aos vereadores, autoridades, colegas, representantes da comunidade escolar, mães e pais que se dispõem a fazer este diálogo, na Câmara de Vereadores, com o senhor secretário. Eu trago um parecer bastante positivo no sentido da sua fala, secretário, do desejo e da intenção de constituir sempre momentos de diálogo, mas queria fazer uma consideração no que se refere ao método, que é de que o diálogo deve começar do começo, não do meio para o fim. O diálogo

deve se dar a partir da proposição, não do fato já instalado, porque aí a gente se sente um pouco desconfortável, desacomodado no sentido de que, quando percebe que a proposição vai ter um efeito negativo de origem, como é que a gente apresenta para o senhor a nossa possibilidade de contribuir com o desenvolvimento dessa proposição. A Luciane trouxe para nós todo um apanhado da trajetória da educação no Município, principalmente, da rede própria. A nossa história é uma história de construção coletiva, desde conferências, seminários, desde, inclusive, as estruturas internas da escola, que dão conta da obrigatoriedade do debate coletivo, a partir da existência dos conselhos escolares com representação dos quatro segmentos, da eleição direta de diretores – que nós vamos, com certeza, continuar insistindo para que ela não só permaneça como se qualifique –, com o objetivo mais do que comprovado, na nossa rede municipal, de que, de fato, o que se constrói coletivamente é o que permanece, porque está referendado por uma compreensão de todos os atores e atoras do processo, no caso, educativo. Trazendo para a proposição, quero repetir a preocupação que a Luciane trouxe, de que, infelizmente, a gente está conversando sobre um programa e não sobre uma política pública. O Ver. Jonas também traz, com muita propriedade, essa necessidade de ter articulação, no mínimo, entre a saúde e a assistência, para a gente poder ter as políticas sociais articuladas no Município, para poder dar conta da intersecção e da solução dos problemas do cotidiano, não os estruturais, mas do cotidiano da execução dessas políticas públicas, o que, obviamente, é um desafio para todos os governos: ou criar ou manter essa capacidade estrutural da própria Prefeitura não só do ponto de vista administrativo como político, para poder dar conta da execução dessa ação articulada. Do ponto de vista da escola, o que nós temos? Nós temos uma preocupação que vai desde a gestão administrativa, porque, infelizmente, pelo histórico e pela experiência que a gente tem da transferência para iniciativa privada da execução das políticas públicas ou da tarefa da execução da política pública, o que nós vemos? Nós vemos hoje já, na rede municipal, toda a dificuldade que a gente tem na cozinha, na limpeza, na portaria, na segurança, onde a gente sabe o quanto decaiu todas essas funções em

termos de qualidade de intervenção articulada à medida em que elas foram sendo transferidas para iniciativa privada. A gente fala muito lá, no Simpa, que serviço público não é negócio. Na verdade, o serviço público que é prestado na escola, que é da ação de inclusão, de escolarização e de transferência dessa apreensão do conhecimento para a vida de cada uma e de cada um dos alunos, ela pressupõe a necessária obrigatoriedade, o necessário compromisso da continuidade com qualidade desse serviço, que nós, servidores e servidoras públicas do Município, com muito orgulho, prestamos. Eu sou professora aposentada do Município e vivi, com muito prazer, boa parte dessa experiência da existência da nossa rede municipal. Então, o que vai sobrar para o diretor e para a diretora o que fazer? Porque o profissional que infelizmente a gente tem, inclusive, não por que não se gosta de estagiários, mas porque a gente sabe o quanto é frágil esse vínculo, nós vamos ter ali não só em relação aos profissionais contratados de forma absolutamente precária, tanto do ponto de vista da relação de trabalho, quanto do ponto de vista salarial, a dificuldade que eles vão ter, como já estamos vendo nas escolas, de estarem presencialmente nas atividades cotidianas da escola e o quanto isso vai interferir na vida escolar não só do ponto de vista administrativo como do ponto de vista da relação com o aluno. Por que a gente fala tanto do desconforto que é hoje o Município continuar insistindo em contratar ao invés de nomear professores e professoras? Porque todas as lacunas, desde a situação em que nós perdemos a nossa possibilidade de ascensão profissional, portanto vocês veem, por isso, que cada vez tem menos candidatos aos concursos públicos do Município, o que é um lamento profundo. Nós temos o profissional que é contratado a partir de uma execução de contrato, que não combina com o ano letivo. Nós temos colegas professores e professoras que encerram o seu contrato de trabalho no meio do ano letivo, no final do ano letivo, não é, diretora? Lá em outubro. Fechando um ano letivo, nós temos um profissional a menos na sala de aula, vai chegar um novo, quem sabe algum dia, para dar continuidade e encerramento para esse ano letivo. Nós temos a mesma situação prevista aqui no edital, infelizmente, a falta de sistematicidade, a falta da permanência desses profissionais nos traz a

situação de que o vínculo que os alunos incluídos precisam ter e permanecer é absolutamente fundamental para que a inclusão tenha sucesso, o que o edital não nos permite.

Vamos falar da gestão pedagógica rapidamente, para encerrar. A gestão pedagógica hoje, com a intervenção prevista nesse, infelizmente, programa, vai dar conta, sim, de ter que dialogar com o projeto político pedagógico da escola. Vai ter que dar conta, sim, de dialogar com o conjunto das ações pedagógicas da escola, porque ela vai interferir em todos os setores, não é só naquele pequeno núcleo que não é tão pequeno assim, que trata da inclusão dos alunos. Nós temos, para concluir, a situação que é a quantidade de monitores e monitoras que estão aguardando a nomeação, porque fizeram o concurso, em 2020, e continuam aguardando nomeação. E aí, qual é a nossa situação em relação à expectativa? Volto a dizer, secretário, que ouvimos com muito bons ouvidos o seu desejo de continuar esse diálogo, que não há possibilidade de executar uma política pública, comprova-se na história não é no discurso político de quem vem aqui fazer essa reivindicação. A política pública só tem possibilidade de execução a partir da sua continuidade e qualidade, se for prestada por quem permanece no trabalho – e só servidor público efetivo faz isso. Então que a gente tenha condições de comemorar que todos os monitores permaneçam nas escolas, que não vai depender do desejo ou não deles de trocar ou não trocar, que não vai depender deles a situação de se criar um desconforto dentro da escola, que eles permaneçam, sim, onde eles estão. E que todos os monitores e monitoras que aguardam a nomeação sejam efetivamente nomeados. E a gente sabe que isso não é o fim da solução dessa questão, é sim a constituição duma política permanente, que, infelizmente, secretário, pelo que a gente pode ver, o programa não atinge isso. Muito obrigado.

SR. ASSIS BRASIL OLEGÁRIO FILHO: Primeiro, o meu boa-tarde a todos e todas. Sou diretor do financeiro do Simpa, sou professor da rede municipal de Porto Alegre, professor de história, geografia e filosofia, estava dando aula até o

ano passado – agora estou no Simpa –, na Escola José Mariano Beck, onde foi resolvido o problema da água, mas voltou o esgoto e está correndo escada abaixo, inclusive saiu na Rádio Gaúcha ontem, secretário; na EJA, aulas de geografia e história, e história no 7º, 8º e 9º ano.

Primeiro, sobre essa questão dos dados, o professor e vereador Jonas disse que provavelmente eles estejam defasados, porque precisa laudo, tem que ter um laudo médico. E a gente sabe, quem estava numa sala de aula, quem está, que nós temos muito mais alunos sem o diagnóstico. Até porque foi desmontada essa rede que existia próxima à escola, e começou o desmonte já no governo Fortunati, mas o desmonte total foi no governo Marchezan, daquela rede que era a escola, o conselho tutelar, a FASC e a saúde; uma rede que tratava inclusive de alunos com casos de violência na escola, casos gravíssimos de abandono, de evasão escolar. Porque a juíza da 3ª Vara perguntava “Onde é que está o aluno tal, que sumiu?”, “Ele está com acompanhamento?” Ou alunos que vêm inclusive, na EJA, egressos do sistema. Porque o juiz determinava: “Tem que frequentar a aula.” Essa questão desse desmonte prejudica esse trabalho, principalmente para os alunos de inclusão. Essa questão de ser volúvel, se já para os professores e professoras ditos dos alunos entre aspas normais, a falta de vínculo... Lembro que a professora de geografia quando estava no segundo ano, estava criando um vínculo com a comunidade, teve que ir embora, porque ela era contratada; uns em outubro, alguns em setembro, novembro. E aí, quem é que vai substituir? Quebra o vínculo. E a própria apresentação do secretário, aqui, levanta que as escolas ali, estamos, em alguns lugares, nos locais mais violentos, periféricos, desestruturados e miseráveis da cidade. Então, tu tens que criar, se o professor não criar um vínculo com o aluno, com a mãe, com a comunidade na escola, fica muito difícil inclusive de evitar a evasão escolar. Porque, nós, em muitos casos, não somos só professores – a Beth já sabe disso que eu vou falar –, nós somos muitas vezes também o assistente social, o psicólogo e o segurança. Porque esses papéis têm que ser desempenhados. Se tem uma coisa de que a gente não morre, nas nossas escolas municipais, é de tédio; porque tu não ficas parado, só fica parado quem não entendeu o que é

que está fazendo. Imaginem, então, um aluno que necessita ter vínculo! Imaginem eu, no ano passado, tendo que explicar e os alunos querendo entender sobre a Segunda Guerra Mundial, porque eles que querem ir para o ensino médio, e aluna de inclusão, se não tivesse um monitor, “professor, professor”, o tempo inteiro me demandando, porque tu tens que, às vezes, na mesma sala de aula, dar duas, três, quatro... Porque dentro de uma sala de aula, tu tens duas, três, quatro salas de aulas: os que estão a fim, os que não estão a fim, os que fazem o meio e aqueles que têm uma dificuldade, ou por autismo, ou transtorno opositor, ou hidrocefalia, deficiências múltiplas e assim por diante. Então, é muito difícil. Por isso, qual é a solução? A solução é exatamente isso que a Cindi estava falando. Nós defendemos o concurso público, e foi feito concurso público, nós temos 201 monitores concursados, e agora, durante o nosso dissídio, houve reunião, mais uma vez, o secretário é novo na pasta, mas pode perguntar para o seu colega André Barbosa e para o Richard, e tratou-se da questão de chamar os 201 monitores. Nós temos que chamar! Porque só o monitor que está lá, que cria vínculo com a comunidade, com o aluno e com os próprios colegas é que vai conseguir. E tem um outro problema que eu vejo: os psicólogos. A gente sabe que muitas vezes quando dá o rolo de briga, vai para o SOE, e tem que ter alguém lá, não pode ter alguém de improviso, um estagiário ou alguém que vai ficar pouco tempo. O próprio SOE tem que ter um psicólogo. Tem uma lei federal desde 2019 que obriga as escolas a terem psicólogo e assistente social. Se tu não tens um psicólogo, muitas vezes tu mandas para lá: “Ah, então, vai para o SOE”, para não ter que mandar para casa, senão a toda hora tu mandas o aluno para casa. Então, a importância da contratação dos monitores. Bom, aí pode ser alegado o seguinte: “Ah, mas vão aumentar a despesa de pessoal no Município.” Bom, o que diz a Lei de Responsabilidade Fiscal? Que não pode passar os 54% da receita corrente líquida. O que é a receita corrente líquida? É aquela oriunda dos impostos. Por exemplo, financiamentos e empréstimos estão fora. Então, tem uma margem prudencial de 51% a 53%. Nós estamos abaixo dos 40%; estava em 38%. Talvez, agora, com a reposição aumente um pouquinho ali a margem, etc. e tal, com alguns

chamamentos. Então, não tem esse problema de que não dá para chamar os concursados porque isso vai pressionar o gasto e o prefeito pode sofrer algum impedimento legal. Não! Ele está muito tranquilo. Exatamente por isso, pelo achatamento salarial. E nós estamos perdendo muitos cérebros que estão preferindo ir para Alvorada – isso é fato! –, Viamão, Canoas ou para a própria iniciativa privada. Eu tive colega com 10 anos de rede que foi para a iniciativa privada porque a situação era muito melhor lá. Então, eu acho que é isso. Nós acreditamos que foi importante essa negociação, a partir da sensibilidade do secretário de não retirar os monitores, porque é difícil criar o vínculo. Quando um aluno tem um surto, e ele não quer ficar mais dentro da sala de aula com o professor, dá um rolo. Muitas vezes, é o monitor com quem ele criou o vínculo, o professor que acaba acalmando. A primeira coisa, tu tens que acolher o aluno, tu tens que fazer com que ele se sinta seguro, pois ali não é um ambiente hostil, é muito, muito difícil. Quantas brigas a gente já separou e já fez... bom, eu podia contar aqui. Então, tem que ser a defesa, por isso que nós, inclusive, fizemos aqui: “Monitores ficam. Nomeação já!” Para concluir, Ver. Mauro Pinheiro, para criar exatamente esse vínculo, porque senão a evasão escolar vai continuar aumentando. Obrigado. Desculpe se passei...

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Um bom tempo aqui de Câmara, sabe todo o orçamento, sabe tudo, trabalhou bastante na Câmara, nosso professor, lembra tudo ainda.

SRA. ROSELE COZZA BRUNO DE SOUZA: Boa tarde a todos e todas, obrigada, secretário, por vir aqui, o Jonas já agradeceu pela forma como o senhor nos recebe, porque o secretário nos atende e deu o seu telefone, e isso é bem importante para a gente estabelecer essa relação.

Fazendo um histórico, até porque o secretário é novo, mas eu queria lembrar o Ver. Gilson, Ver. Mauro, principalmente, ficaram meio bravos comigo da última vez em que eu estive aqui – um pouquinho. Lembra que eu disse para vocês que...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. ROSELE COZZA BRUNO DE SOUZA: Eu estou quase lá, eu estou bem pertinho, mas a minha região é a melhor, o senhor sabe... enfim.

Então, quando a gente veio falar aqui, nós viemos duas vezes – uma vez pela questão da violência, vocês devem lembrar; e a outra vez em função do RH, que a gente também pediu uma agenda com vocês. Nas duas vezes que eu falei, eu pedi para que vocês nos escutassem, eu disse para vocês que um dos problemas graves que a gente tem e que a gente continua tendo era da inclusão. Vocês lembram disso? Disse para vocês que a gente... o pessoal falou da parte mais, digamos assim, da teoria, eu quero ir um pouco para a prática para quem está aqui entender como é que a gente está vivendo hoje na escola. A questão da inclusão, além da questão que o Jonas trouxe, que o Assis reforçou, de que a gente não tem os laudos, tem algumas escolas que a gente não tem professor de CIR. Então, se não tem professor de CIR, esse aluno, mesmo tendo laudo, não vai para o sistema como CIR. Então, o número também já está defasado por este motivo. Além disso, a gente tem – isso eu também falei aqui aquela vez – que pensar numa política, porque, depois da pandemia, isso a gente vem notando, quem está na escola vem notando – eu estou há 28 anos lá na minha escola –, quando eu entrei, a gente tinha um aluno, que eu acho que foi, mais ou menos, na época que o Jonas foi aluno lá da escola, a gente tinha um aluno que tinha problema de mobilidade e hidrocefalia – foi meu aluno na primeira turma que eu tive. Nem se falava em inclusão, isso em 1995, e a gente tinha aquele aluno lá. Só que hoje a gente tem uma quantidade enorme de alunos de inclusão; depois da pandemia, a gente teve um aumento de alunos agora diagnosticados com TOD, que eles não entram na política de inclusão, porque eles não são considerados de inclusão para atendimento no CIR, mas eles demandam. Então, quando a gente fala que precisa de uma política, não é só o agente, o monitor lá na sala, a gente precisa planejar essa escola que está atendendo esses alunos e essas famílias que têm buscado, cada vez mais, a escola pública, gente, porque a escola particular não dá conta dos alunos que a escola pública dá

conta, nem a estadual. Então, aqui não é uma queixa, é para que vocês entendam o quanto a gente precisa olhar para essas escolas municipais, entender que elas são as únicas, às vezes, que estão atendendo esse tipo de aluno, e pensar que a gente precisa ter um planejamento urgente para isso, porque eu tenho lá essa quantidade de alunos. Na minha escola eu tenho 85 NEEs, que é o que a gente chama de alunos com laudo no sistema. Pela proposta, eu disse isso para o secretário, que me ligou – não é, secretário? Pela proposta, eu teria um para atendimento a cada 10 alunos, certo? Eu já tenho sete monitores, uma está em licença, vou considerar seis, tenho seis monitores; pela proposta, eu teria direito a mais dois, só que eu tenho 13 medidas judiciais ganhas – 13. O que eu teria de direito não atende a demanda judicial, e aí eu comentei isso aqui: qual é o CPF que vai lá para o juiz quando pergunta no processo se o aluno está recebendo o atendimento que foi determinado pelo juiz? Não está, é o meu CPF, mas eu não tenho quem colocar, entende? Então é essa a situação que a gente está vendo nas escolas, e, fora isso, essas crianças e – eu acho que eu lembro de ter falado isso aqui, mas vou repetir – eu sou a Rosele e eu ganhei uma medida judicial. Na minha sala de aula, tem mais a Cíntia e a Luciane, que são especiais. Hoje, os juízes já entenderam que eles precisam dar a medida para a Rosele, mas que atende a turma, não é mais só para o atendimento da Rosele. Eles já estão com essa preocupação, e a gente entende que deva ser, salvo algum caso muito específico, mas, na maioria, esse atender à turma já nos contempla de uma maneira bem boa. Só que o que acontece? A Rosele está lá, ganhou a medida, e a monitora está atendendo aqui, mas a Luciane se desorganizou muito naquela aula, e ela precisa sair, porque ela não consegue ficar, porque eles, quando se desorganizam, precisam sair para o bem deles e para o bem dos outros que estão ali. Então, a monitora – eu só tenho uma – sai com quem está desorganizado, mas a Rosele, que ganhou a medida, fica lá sozinha. E aí o pai vem na porta da diretora e diz: “Olha só, tudo bem! Eu entendo que o que eu pedi pode ser dividido, mas o meu filho não tem que ficar sozinho.” E aí, de novo, eu estou lá, quem responde sou eu, e volta para o juiz dizendo que o aluno tem ficado sem aquele monitor. Então, são essas

coisas que a gente precisa conversar e entender do que a gente está falando, porque senão parece que a gente está aqui fazendo uma queixa por nada, e não é, entende? E esse aluno que saiu da sala e que, se não tem ninguém acompanhando, fica correndo pelo pátio. E a gente não tem porteiro, a gente tem o vigilante. O portão está cadeado, mas, às vezes, alguém sai e esquece de cadear, e, quando tu vês, fugiu uma criança. Então, a gente está falando é disso. São vidas que a gente está... e eu concordo, batalho e digo que a gente não quer terceirização nem na cozinha, nem na limpeza, mas é completamente diferente quando a gente fala de inclusão de aluno. Não quero lá, mas muito menos, se não for alguma coisa que a gente tenha um planejamento que dê conta e que ele esteja sob a nossa supervisão, porque não pode ser qualquer um. Sobre a questão dos estagiários, a SMED tentou muito estagiário, gente; porque a SMED, às vezes, mandava estagiário. Não tem estagiário, não querem. Pelo valor que eles estão ganhando, não tem ninguém. A gente tem uma estagiária...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. ROSELE COZZA BRUNO DE SOUZA: Mas a gente tem uma estagiária lá, Cindi. A outra que iniciou, desistiu. Não tem, foi embora, não deu conta. Então, é isso o que a gente quer trazer para vocês. Precisamos pensar numa política que dê conta do todo desta inclusão, porque a inclusão precisa do orientador para ajudar essas famílias, que, muitas vezes, o aluno não quer entrar e a família está lá, pedindo ajuda para gente, e aí não tem ninguém para conversar com aquela família. Precisa de um professor, que a gente chama de apoio pedagógico, que no quadro da secretaria aí, a gente, daqui a pouco, já está se aproximando do fechamento de quadro. Fechamento de quadro a gente vê quantas pessoas vão ficar lá naquela escola, nesses postos, que são imprescindíveis. E não dá para ter um enxugamento. Então é isso: é a política da inclusão com o RH que a gente precisa planejar. Obrigada.

SRA. ELISABETE CHARÃO DE ANDRADE: Boa tarde a todos, eu sou a Elisabete Charão, sou diretora do Simpa e sou monitora da rede. Eu quero agradecer a presença do secretário, porque, das outras vezes em que estivemos aqui, eram somente os assessores e, realmente, é muito difícil um secretário vir aqui, efetuar o diálogo de fato. O que eu tenho para falar vai muito ao encontro do que a Rosele diz: nós precisamos de uma política de inclusão de fato. Existe o problema do RH, que é muito forte, sim, nós temos problemas. Praticamente em todas as escolas há falta de professores, há falta de monitoras. O número de alunos que necessitam desse apoio pedagógico é muito grande, e, cada escola, se tem anotado ali uma lista de 25 alunos, tem uma fila de espera de 60, de até 120 alunos, num universo de uma escola de mil alunos. E isso com uma equipe de dois, três monitores, e, até mesmo, existem escolas com 900 alunos que têm uma monitora só para a escola inteira. Então, ela corre de um lado para o outro, acaba correndo para os alunos em crise e não exercendo o papel de fato, que é o apoio pedagógico, que é para isso que os monitores estão lá: para que as crianças realmente consigam aprender e tenham condições para isso. E também que essa escola inclusiva de fato precisa ter a inclusão pensada em todos os espaços. Ela precisa no espaço da alimentação, ela precisa no espaço do pátio. A EJA, não só no CMET, mas, muitas escolas da rede têm o EJA e não tem monitor no turno da noite, e nós temos alunos de inclusão, sim.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. ELISABETE CHARÃO DE ANDRADE: Exatamente, não tem nem orientadora. Então, não tem; a pessoa que precisa da orientação não tem, e aí acaba, realmente, resvalando naquela pessoa que precisa do atendimento. Todo mundo fala, a população acaba falando, o governo fala da questão da estabilidade. Nós temos essa estabilidade, que é um direito adquirido e um benefício para a população, porque é a garantia de que nós vamos estar lá, se chover, se não chover, se o prédio cair – como já aconteceu em algumas escolas –, de cesta de basquete cair, que poderia ter caído em cima de um aluno, de cair

ventilador em sala de aula. Então, todos esses aspectos estruturais também fazem parte da inclusão, um espaço saudável, salutar para tantos trabalhadores e, principalmente, para os alunos, é um fator de inclusão.

Outra questão, o nosso quadro de monitoras – é a minha categoria, então, eu posso falar –, a grande maioria delas tem formação em graduação, mestrado, pós-graduação, ela tem uma formação extra, muito além da sua atribuição e paga com seu próprio dinheiro, porque há muito tempo não se tem formação continuada na Prefeitura. O governo quer uma categoria com formação? Então, invista nessa categoria. Tem 201 monitoras ainda para serem chamadas, então que se chame as que estão no quadro e as que vão ser chamadas, que passaram para professora, ótimo! Mas, então, que já se pense em um próximo concurso, um concurso onde seja aplicada essa política de valorização, porque essas monitoras vão estar lá, aconteça o que acontecer, porque eu vejo minhas colegas, né? A Maria que está aqui é uma que eu conheço há anos, e ela está lá para os alunos, e a gente tem esse reconhecimento quando sai na rua, com as famílias, e essa preocupação... Muitas famílias me mandaram mensagem no privado perguntando: “Como assim que vão tirar vocês?” Sabe, é uma preocupação humana que eu acho que está faltando neste governo, e a gente também precisa, a gente tem que pesar tudo, a gente tem que pesar o lado profissional, o lado prático, o lado pedagógico. Precisa, sim, capacitar essas monitoras, para que façam essa adaptação curricular, que ainda é uma falha na rede. A adaptação curricular para as crianças e para os adolescentes de inclusão ainda peca muito. Então, sim, que se tenha formações continuadas com esse objetivo de qualificar essas trabalhadoras, porque quem está ganhando é a população, as crianças estão ganhando com isso, e, em consequência, com certeza, isso vai gerar uma boa imagem para este governo, que é o que ele está precisando no momento.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): A Sra. Érika Karine Rocha Dallavechia está com a palavra.

SRA. ÉRIKA KARINE ROCHA DALLAVECHIA: Então, boa tarde a todos e todas. Secretário, eu vou te dizer que quem me conhece um pouquinho sabe que eu sou uma pessoa muito direta, e quero dizer que daquele nosso último encontro, primeiro encontro, eu saí com esperança, uma esperança que eu não vi nas últimas duas secretárias, a começar ali pela Janaina Audino e depois Sônia, uma falta de diálogo total. Até pelo senhor secretário ser um pai atípico, assim como eu sou uma mãe atípica, então eu acho que tu sabes do que a gente está falando, ainda mais as mães atípicas, as escravizadas pelo BPC, estou falando das mães atípicas da base da pirâmide, aquelas da comunidade. Eu ouvi a todos aqui, realmente, quando nós fomos lá para a porta reivindicar, falar a respeito desse projeto que caiu para a gente que nem uma bomba, a primeira preocupação foi com um vínculo, e um vínculo de uma luta, que é uma luta de anos para a gente conseguir ter um monitor, os judicializados, que nem você falou. Por que vocês acham que o Ministério Público e a Defensoria Pública aceitaram esse acordo? Porque todos os dias tem centenas, dezenas de mães na porta do Ministério Público, lá em cima com o Tiago, ou lá na defensoria judicializando o que não era para ser judicializado, porque é um direito que nós temos. Então, todos os direitos que os nossos filhos, minha filha, as pessoas com deficiências têm, direitos adquiridos, direitos constitucionais, direito municipal, temos lei municipal, lei estadual, e estão ali, para bonito, numa folha de papel. Mas vamos falar na prática? Eu vou falar na prática para vocês, enquanto mãe, é criança com horário reduzido, é criança com dia reduzido, é criança que não surta – ela fica desregulada –, porque ela entra em sofrimento por questão do transtorno de processamento sensorial, e ali não tem um monitor capacitado, porque os que são capacitados tiram do próprio bolso, de um salário que eu prefiro nem comentar. Então, as crianças com deficiência que estão ali não são surtadas, elas não surtam, elas entram em sofrimento e precisam de um acolhimento adequado de um profissional capacitado, como aqueles que nós temos, e eu não posso generalizar, porque eu conheço muito monitor que está ali para fazer hora extra. E aí eu tenho que tirar o chapéu e parabenizar para aqueles que tiram do próprio bolso e se capacitam. Se, na nossa lei estadual de

2019, eu repito, no art. 2º, inc. III, diz: “o profissional de apoio, profissional devidamente capacitado...” E o discurso que a SMED tem, sempre é, nós damos capacitação, o professor faz ou não. Se ali diz que o profissional de apoio tem que ser capacitado, isso tem que ser obrigatório e continuado. Então a gente vem de uma lei federal, tem uma década, a gente vem da LBI, que para mim é uma das melhores leis de inclusão que nós temos, a gente vem de lei estadual, de municipal, e os nossos filhos estão jogados dentro de ambientes, sim, porque os professores não vão dar conta, a demanda é alta. Como você disse, se eu judicializar, minha filha está fora da escola, minha filha está com sete anos e está fora da escola. A minha filha tem laudos de dois neurologistas, laudos e pareceres, onde ela diz que ela necessita, sim, de um monitor individual capacitado com ela em sala de aula. Se eu sou uma mãe que vou judicializar e que eu ganhar esse monitor e a minha filha não tiver sido assistida por aquele monitor, porque, além de toda luta que eu tenho todos os dias e ainda tive que judicializar um direito dela, eu vou para cima de ti com certeza, porque ela não está ali para ser dividida com outra. Se ela tem o pedido é porque ela necessita. Então, vão passar por cima, vão invalidar um laudo médico? Vai ser invalidado? Quem é que vai resolver que ela pode? O laudo médico vai ser rasgado, os pareceres vão ser rasgados? Se ali está dizendo que ela necessita, é porque ela necessita. Assim como tem crianças de inclusão que não têm essa necessidade, mas que precisam, sim, de adaptações. Como o professor aqui falou, que na sala tem vários, aí tem um lá que não está entendendo nada, como o senhor disse aqui, os de inclusão ficam aqui e aqui... É lógico, onde é que está o material adaptado para ele, que é direito dele? Cadê o profissional de apoio, que é direito dele, para direcionar? Porque criança de com deficiência pode sim, aprende sim, se ela for devidamente acolhida e tiver devidamente acesso a direitos dela, que é aprender com todos, a sua forma e a sua maneira.

Então, hoje, o que a gente tem é a criança fora da escola, está a minha aqui de exemplo, e muitos... Eu não sei se vocês vão lembrar da primeira vez que eu subi na tribuna, que eu trouxe a mãe Lúcia, que tem um autista, hoje já adulto, que ele nunca conseguiu passar na escola, e assim nós temos vários fora da

escola porque assistência social é inexistente, psicólogo na escola nem se fala, mal se tem o portão fechando direito... Mas o que eu estou falando aqui não é de infraestrutura, estou falando de vida, do que eu vivencio. Nós precisamos sim. Eu queria perguntar a esses agentes qual a qualificação deles. Eles vão entrar com que qualificação? Vai ter uma capacitação mínima para manejo com a pessoa com deficiência, dentro da escola? Ou ele vai chegar ali e vai achar que ele está ali para locomoção, higiene e alimentação? Porque essa não apenas a função do monitor. Eu entendo os professores, eu digo sempre que vocês são seres humanos, mas nossos filhos também são. A gente vai continuar de preferência de mãos dadas, porque a gente sabe o quanto de respeito essa gente já trouxe para audiência pública, onde eu questionei, chega outubro, vocês têm uma lista ali que começam as inscrições, vocês sabem quantos alunos de inclusão vão para escolas A, B e C. O que que acontece? Nada, abrem-se as portas, toma aí professor, se vira, 10, 15, 20, e a professora já está ali e tem que se virar. Mas a corda arrebenta na ponta, secretária, e a ponta é a minha filha, a ponta é o filho dessa monitora aqui, que também é mãe é atípica. Para as mães é muito triste a mãe virar as costas no portão, não chegou em casa, ou a gente tem que ir lá fazer uma unha, vender um bolo na esquina, e a escola ligar, vem buscar porque está em crise, porque não se tem o manejo adequado. Então a mãe leva mais tempo para chegar na escola do que a permanência do filho, pela falta de... Eu faço questão de estar junto nesse GT, enquanto mãe, eu digo, eu não represento mães, porque cada mãe representa o seu filho, mas dentro do meu projeto, ainda mais para nós mães da base da pirâmide, que temos rede de apoio, nós nos tornamos uma grande família atípica, então, quando uma está presente, ela fala por todas nós. Portanto, isso tem que ser revisto, e esse pinga-pinga não tem como continuar, e não tem como continuar também se rasgando laudo médico. Se uma mãe chegou ao ponto de judicializar, porque a gente sabe o que a gente passa todo dia, a gente não precisava de mais essa luta, essa mãe está no direito dela de cobrar.

Eu, com a sua chegada, tenho a esperanças de um olhar humanizado, porque eu acho que os seres humanos, nessa caminhada aí, porque é tanta paulada em

cima de paulada, a gente esquece a humanização, e a gente não está falando da cadeira nem da mesa da escola; a gente está falando de vidas. É isso, obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Giovani Culau e Coletivo está com a palavra.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Quero te cumprimentar, Cuca, me permita te chamar dessa forma; cumprimentar a ATEMPA; as representações do Simpa; a Érika, do Projeto Social Angelina Luz; a Maria, que representa também, em alguma medida, os conselhos escolares; os demais que nos acompanham aqui na reunião da CECE; a Bianca, que é da comunidade do Chapéu do Sol, moradora da Ponta Grossa. Secretário, eu fico feliz com a tua presença aqui, porque em muitas das reuniões que nós tivemos desta comissão de educação, uma das grandes queixas que nós tivemos – e eu e a Biga assumimos o mandato em fevereiro –, foi exatamente a dificuldade de diálogo com Executivo municipal, e o tema da educação é um dos grandes temas que nós temos que enfrentar em Porto Alegre. A gente já discutiu aqui, presidente Mauro, a situação da educação infantil e a carência de vagas. Esta Casa tem duas CPIs que tratam das aquisições, das compras públicas feitas pela SMED. O processo de terceirização tem significado problemas para as nossas comunidades escolares, foi citada aqui a situação da cozinha, que de tempos em tempos fazem com que as crianças das periferias de Porto Alegre não tenham a merenda escolar garantida, e hoje nós estamos aqui enfrentando esse tema da educação especial, da inclusão escolar. Eu quero destacar, do manifesto que li, exatamente a preocupação de garantir o bem-estar e a qualidade na educação em inclusiva e a preocupação com que esse programa não signifique exclusão e redução da qualidade oferecida na rede. Ao dizer isso, eu quero fazer um retrospecto: esse programa é uma resposta do Executivo municipal à legislação federal, à legislação municipal, como foi colocado aqui, e também a um processo intenso de judicialização – é verdade que se estabeleceu um acordo. Agora, eu

só acho que é importante que nós registremos aqui que o acordo foi estabelecido porque, do ponto de vista judicial, há demanda de profissionais, mas a forma como esses profissionais vão ser introduzidos na rede é uma decisão da gestão. Então, de fato existe um acordo, mas porque o pedido da Defensoria, do Ministério Público, é a oferta de profissionais. Bom, a forma como esses profissionais vão ser garantidos é o Executivo que determina, então acho que é importante que a gente faça esse registro. Em relação à decisão da gestão, me parece que num processo de escuta, e aqui mais uma vez eu estou só me manifestando após ouvir, eu tenho a interpretação que tem quatro pontos críticos em relação ao programa: um, o seu caráter insuficiente; e aqui foi falado porque não atende à rede conveniada, porque a gente tem o tema da subidentificação em torno dos laudos dos estudantes da rede. Então, tem uma questão da sua insuficiência, tem uma preocupação em torno da sua qualidade pela fragilidade dos vínculos, pela ausência de estabilidade, pelas fragilidades nas relações e condições de trabalho desses profissionais que vão ser incorporados à nossa rede. Eu levantaria um terceiro ponto, que é essa preocupação da segregação, afinal nós teremos na rede alunos atendidos por OSCs e não atendidos OSCs, então essa é uma preocupação legítima. E um tema que me chama atenção, que é uma preocupação com a gestão escolar, porque nós estamos introduzindo uma OSC no interior da nossa rede em um processo que reconhecidamente não foi dialogado. Então, também me preocupo com esse elemento da gestão. Eu faço essas considerações, que é o que preocupam a mim e ao nosso mandato coletivo nesse momento, e diante dessas preocupações penso que tem cinco pontos de encaminhamentos que a gente deveria observar: primeiro, é importante, secretário, a reafirmação desse compromisso com a não transferência impositiva dos monitores e monitoras, porque isso gerou um levante, uma mobilização bastante grande, e isso foi anunciado pela secretaria, inclusive da numa postagem pública da SMED nas suas redes sociais. Então, essa é a razão da preocupação e a reafirmação desse compromisso é importante. Dois: apresentei na reunião na sexta-feira, e reforço aqui, que esse GT me parece imprescindível, imprescindível, inclusive, porque a Defensoria não

encerrou a sua ação civil pública, tem um acordo que interrompeu em alguma medida, não sei se esse é o termo jurídico adequado, mas a ação civil pública não está encerrada, inclusive por esse processo de avaliação que precisa ser feito do programa...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Exato. Então, eu acho que esse GT é bastante importante, não só com as representações que estão aqui, mas incorporando, inclusive, a Defensoria Pública, e eu acho que ele deveria ser um GT institucionalizado. Terceiro: a nomeação dos professores e professoras, que tu trazés um relato aqui, secretário, é bastante importante porque a gente, inúmeras vezes, Rosele, tratou aqui sobre o quanto a situação do RH na rede é enxuta. Nós temos carência dentro de uma concepção de RH reduzido. Então, em relação às nomeações, eu peço, secretário, que a secretaria pudesse enviar, formalmente, para a CECE, esse calendário que tu nos apresentas, para que a gente possa acompanhar e fiscalizar; quarto, se for possível a confirmação da nomeação dos monitores, que aguardam a sua nomeação, esses 201, parece que seria um outro elemento vitorioso para esse debate que agora nós conseguimos estabelecer. Então, temos um compromisso com a não transferência impositiva; se for possível esse compromisso com a nomeação dos monitores que aguardam, acho que seria fundamental. Reforço aqui isso que já foi colocado, que é esse tema; enquanto avaliamos os resultados desse programa, diante de tantas as preocupações, enquanto construímos os ajustes eventualmente necessários, acho que, desde já, é preciso que o Executivo se prepare para um novo concurso de monitores e monitoras para o quadro da nossa rede. É isso, muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): A Ver.^a Abigail Pereira está com a palavra.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Obrigada, Ver. Mauro Pinheiro; secretário, não pertencço a esta comissão, sou vice-presidente da Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul, mas sempre que posso procuro participar, dada importância da educação para o nosso Município, para nós, mães, para a sociedade porto-alegrense como um todo. Eu ouvi aqui atentamente, que bom que eu consegui vir aqui nessa reunião e ter esta oportunidade. Nós, evidentemente, nos preocupamos muito com a educação; quando o senhor chega, recém chegado em uma secretaria que já está com a terceira pessoa que assume: teve a Janaína, a Sônia, e agora você. Eu desejo que você faça uma boa gestão, porque a nós interessa, somos da tese de que quanto melhor, melhor! Então, acho que toda nossa preocupação num processo de educação em que a gente vê o número de vagas em que há carência, há um déficit muito grande para que as crianças estejam verdadeiramente nos espaços escolares, assim como há um déficit de RH nas escolas, em que nós visitamos, nas quais as professoras reclamam tanto, especialmente na questão dos alunos com necessidades de monitoras, porque são crianças especiais. E diante de uma CPI, estamos aí com investigações de um escândalo que também deprecia toda questão da educação, deixando, inclusive, toda comunidade escolar numa situação fragilizada. Então, é extremamente importante que a gente, de verdade, esteja aqui numa reunião como essa, Ver. Mauro Pinheiro, da CECE, em que se debruce em buscar soluções. Eu escutava atentamente, Luciane, minha querida camarada, pelo que eu entendi o Fórum Pela Inclusão Escolar de 2007 é contrário a este programa; entendi, certo, então! Eu acho isso importante, a gente ouvir os argumentos do fórum. Esse programa não consta, secretário, do Plano Municipal de Educação, certo? Ele não está no plano? Está bem. Por ele não estar no plano não significa que ele não pudesse ser apresentado agora, tenho claro isso. Agora, pergunto, se ele não está no plano neste momento em que a secretaria apresenta este esse programa, ele foi discutido com a comunidade escolar? É uma pergunta que eu faço, não ficou claro se a comunidade foi envolvida neste debate para se chegar a essa conclusão de apresentar este programa. Eu penso que a inclusão das nossas crianças é um

problema de todos nós, de todas as secretarias, óbvio. Então, essa relação, o programa foi discutido de forma transversal com a Secretaria da Saúde, com a assistência social; quer dizer, entende, Ver. Mauro, tudo que envolve a inclusão de verdade – queremos que essas crianças tenham o direito à cidade. Esse programa faz essa transversalidade de inclusão, porque a inclusão não é só da escola, é do todo. Por último, queria dizer.. A gente ouvir assim os depoimentos faz a gente se emocionar, porque a gente sabe que é assim mesmo, ficar imaginando o papel altruísta que as diretoras, que as professoras acabam tendo que executar, na medida que não tem os monitores. Instituí aqui na Câmara a Frente Parlamentar em Defesa das Trabalhadoras e Trabalhadores de Empresas Terceirizadas; pelo que estou entendendo, esse programa faz relação com parceiras; portanto, terceiriza essa contratação de profissionais. Eu sou psicopedagoga de formação, eu fico me colocando nessa situação e imaginando uma relação um tanto instável, instável entre os profissionais e os alunos, conhecendo como se dá essa relação de trabalho com as terceirizadas, com as parceiras, porque há uma rotatividade de profissionais muito grande. Então hoje sou eu atendendo este grupo de alunos, amanhã já é você, porque há uma rotatividade muito grande, e, infelizmente, hoje, as terceirizadas são quase sinônimo de precarização – são salários baixos, etc. E nós tivemos, seja na questão alimentar das cozinhas, seja na vigilância ou na limpeza, greves, momentos em que as professoras têm que ir para a cozinha fazer o alimento, porque as cozinheiras estão em greve porque não tiveram nem o auxílio-transporte, nem o seu salário. Então isso me é preocupante, secretário, muito, por essa instabilidade que se dará também com as crianças. Então trago aqui essas preocupações, Ver. Mauro, para que a gente também vá contribuindo para oferecer uma educação de qualidade e de inclusão para os nossos pequenos. Obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Obrigado, Ver. Abigail. O Ver. Gilson Padeiro está com a palavra.

VEREADOR GILSON PADEIRO (PSDB): Boa tarde a todos. Presidente Mauro Pinheiro, Ver.^a Biga Pereira, Ver. Jonas Reis, Ver. Giovanni Culau – meu conterrâneo lá da região do Extremo-Sul –, Luciane. Saudando a ti, Mauro, saúdo a todos. Queria fazer uma saudação especial ao secretário José Paulo. Eu fico muito contente, porque hoje eu escutei aqui a todos, e o teu nome é um consenso, todo mundo está feliz com a tua chegada. Pelo que eu estou vendo, de repente vais conseguir resolver alguma lacuna. Parabéns, parabéns pelo trabalho e parabéns por estar dando ouvidos e voz a muita gente; eu ouvi também a fala que fizeste em algumas plenárias do Orçamento Participativo, das quais participei.

Eu quero trazer aqui também uma preocupação. Eu sou um vereador que atua no Extremo-Sul de Porto Alegre, e eu tenho uma pauta importante, só que a minha pauta é silenciosa. A Luciane, que está ali, sabe que eu trabalho muito forte em cima da educação. Eu milito, mas eu milito quieto, trabalhando, sempre cuidando das crianças. Eu tenho muitos amigos também, muitos casais que carregam essa bandeira que vocês carregam. A gente sabe a dificuldade que têm, e digo: são pessoas que são super-heróis, para carregar essa bandeira tem que ser supermãe, superpai. Eu uso o exemplo da Gisele, uma amiga minha lá de Belém Novo, que tem um filho autista. Nós éramos um grupo, nos encontrávamos toda a semana, cinco casais, e fazíamos almoços, confraternizações; depois que o Heitor veio, mudou totalmente a vida. Hoje, o Heitor está com 11 anos, se eu não me engano; são 11 anos de luta constante, constante. Eles estão sempre cuidando do filho. Se alguém der uma gargalhada ou falar mais alto, o menino surta, o menino sai correndo. Se um cachorro acua na rua ou um motoqueiro acelera, esse é um problema. A gente está fora, graças a Deus, e, estando fora, a gente vê aquela dificuldade. Eu não sei se é uma provação, mas eu sempre digo: vocês são heróis, são heróis para carregar essa bandeira. Secretário, é uma pauta muito importante; eu sei que o senhor chegou para resolver um grande problema, mas é isso. E uma outra coisa... Eu não fico brabo. Até o Jonas falou do cadeirante lá do Lami, que, como ele sabe, alaga; mas, quando foi feito aquele local lá, aquele loteamento, foi feito um loteamento

irregular sem infraestrutura nenhuma. O cara vendeu a R\$ 1 mil o terreno, compraram, não tem infraestrutura; depois, com o tempo, leva – não é, Jonas? Isso, quem sabe, futuramente, vai se resolver.

Eu vi que algumas pessoas falaram sobre os portões das escolas, portões abertos. Foi aprovado nesta Casa aqui um projeto de minha autoria com a obrigatoriedade do fechamento dos portões em horário de aula; já foi sancionado pelo prefeito...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR GILSON PADEIRO (PSDB): Sim, seu sei, mas eu me preocupo. A gente, como legislador, não executa, quero deixar bem claro para vocês; a gente está aqui pra criar as leis e legislar. Eu me preocupo com a segurança, olhem o que aconteceu lá em Saudades, o que a gente vê no mundo, essa ignorância toda que acontece com alunos e com professores. Eu, como legislador e como pai, me preocupo com isso, porque lá em Belém Novo, no ano passado, um menino autista saiu, o portão estava aberto, e por pouco um ônibus não o atropelou; os pais nos procuraram, a gente fez esse projeto e, contando com todos os vereadores, a gente aprovou, hoje temos essa segurança. Agora cabe ao secretário, junto com o prefeito, de repente, se precisar emenda, a gente consegue também. Rosele, eu não fico brabo, eu apenas escuto bastante, tu vês, eu sou quieto, mas eu estou aqui para construir sempre uma Porto Alegre melhor para 1,5 milhão de habitantes. Muito obrigado.

SRA. ELISABETE CHARÃO DE ANDRADE: Só um aparte: o termo que eu realmente não gostei foi a questão da provação, porque parece que é um castigo e não é; não é de forma alguma. Há 10 dias, meu filho, que tem 14 anos e é autista, diagnosticado com 3 anos, me deu a maior prova de autoaceitação de quem ele é e de autonomia, ele me disse que se ele tivesse que nascer de novo, ele nasceria autista de novo, porque ele tem total noção do valor que ele tem como pessoa, como cidadão e, com certeza, ele ainda vai incomodar muito por

aí! Eu acho que vocês, enquanto legisladores, precisam cuidar muito os termos que utilizam, porque dói no coração de mãe ouvir um absurdo desses, certo?

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Vou passar de novo a palavra para o secretário, mas antes para o Ver. Jonas Reis.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Só quero trazer alguns dados da assistência para mostrar. O secretário é o terceiro da educação do governo, mas não se preocupe, secretário, na FASC já estão no quarto! Então fique tranquilo. Por exemplo, há ausência de vagas há mais de dois anos em residencial inclusivo para pessoas em situação de risco com alguma deficiência, há 100 pessoas aguardando – 100 pessoas que o sistema computou, fora os demais que nem sabem que têm assistência social e que têm esse direito. Enfim, só para dar um exemplo de que a situação da inclusão é uma situação que é muito maior do que no âmbito educacional e que Porto Alegre precisa pensar de forma integrada; só queria frisar isso.

SR. JOSÉ PAULO DA ROSA: Eu agradeço aqui todas as manifestações, informo que serei breve, porque eu tenho agendada, às 16h30min, uma reunião lá na SMED com representantes das conveniadas para tratar desse tema com elas. Estou tentando resolver com as conveniadas também como a gente vai fazer esse atendimento, já está agendado há tempo, então não vamos nos estender muito aqui na resposta.

Com boa parte dos que estão aqui nós conversamos sexta-feira, eu ouvi essas manifestações lá na sexta-feira também, dei a minha posição e até me comprometendo com essa formação do grupo de trabalho, com a manutenção dos monitores, quer dizer, tudo isso já está entendido, resolvido e estamos de acordo com esse encaminhamento. É a minha primeira vez na área pública, e como secretário, e eu aceitei o convite para ser o secretário de educação mesmo com todas essas dificuldades em andamento na SMED, por entender que é possível nós mudarmos a realidade da educação de Porto Alegre. Eu não aceito

que uma capital como Porto Alegre esteja lá nos últimos lugares do *ranking* da qualidade em educação, quando a gente mede um conjunto de indicadores, mesmo compreendendo, Assis Olegário, essas dificuldades da periferia, das áreas de violência, que são as mesmas dificuldades que tem Maceió, Fortaleza, Salvador, que tem várias capitais, não são exclusivas de Porto Alegre; então eu não aceito que os nossos indicadores de qualidade sejam baixos. Eu admiro por demais a qualidade dos nossos professores. Eu sei que não é fácil hoje estar em sala de aula. Os nossos estudantes exigem demais e, com toda essa mudança tecnológica, com os dois anos de pandemia, vivemos uma situação ainda mais difícil do que já era antes da pandemia. Eu estive, na semana passada, na nossa EMEF Migrantes, que atende estudantes da Vila Dique, e eu estava lá vendo em sala de aula aqueles professores com uma demanda realmente... e professores motivados lá, com brilho no olho, fazendo aquele trabalho... eu admiro, admiro a qualidade dos nossos professores, a formação dos nossos professores, tem um corpo de professores com uma formação reconhecida, com mestrado, com doutorado, com uma formação muito boa, e estão ali em sala de aula, e eu reconheço a qualidade dos nossos professores.

Eu reconheço a dificuldade dos nossos diretores, está aqui a Rosele, que é uma diretora que representa um fórum de diretores da rede pública, e eu sei o quanto é difícil esse trabalho pela responsabilidade que é estar na direção de uma escola, e vocês fazem isso muito bem. Das escolas que eu tenho ido, eu fico impressionado com a qualidade dos nossos diretores, com a seriedade, com a responsabilidade num ambiente que é esse que não é muito fácil. Então eu me admiro.

Eu acho que a estrutura física das escolas de Porto Alegre é muito boa, é muito boa, muito embora toda hora tenha uma reportagem, e a tua escola lá tenha um problema de esgoto, é claro que, de uma rede tão ampla como a nossa, ter uma escola com problema, sempre vai ter uma escola com problema, mas nós temos escolas muito boas, e eu tenho me colocado à disposição dos diretores para resolver o problema. Neste final de semana, dois diretores de escolas me ligaram no domingo, porque estava vazando água, porque tinha problema de esgoto, e

eu consegui mandar uma equipe para resolver o problema, e eu tenho me colocado à disposição. Agora, tem outros que talvez ainda não tenham essa afinidade, e por conta de problemas do passado, preferem ligar direto para a imprensa, e a imprensa é claro que vai lá, vai divulgar que tem esgoto, que tem isso, que tem aquilo... Mas, se ligar pra mim, eu vou resolver. Não precisa ligar para a imprensa, e se quiser ligar para a imprensa liga, também, não tem problema. Daí a imprensa avisa, a gente vai lá e resolve, e a gente vai resolver com o tempo, a gente não vai conseguir numa varinha de mágica resolver todos os problemas, mas eu estou me colocando à disposição, podem ligar para mim, e, junto com a equipe, a gente vai lá resolver problemas pontuais que a gente tem, mas a grande maioria é uma estrutura física muito boa.

Eu pesquisei o mundo, eu fui à Coreia, eu fui à China, eu fui a Singapura, eu fui à Europa, pesquisar a educação básica, e, aí, quando eu fui convidado pra ajudar em Porto Alegre, eu achei que seria um egoísmo de minha parte não contribuir, e, eu, mesmo com todas essas dificuldades, eu acredito que ainda é possível fazer essa mudança. É possível. É possível, nós todos, aqui, em conjunto, como bem disse a Abigail, é um problema que interessa a todos, interessa a todos. Se nós tivermos aqui uma educação de mais qualidade, nós teremos uma cidade melhor pra todos nós. E a educação de qualidade vai gerar uma sociedade mais desenvolvida, com mais tecnologia, com mais empreendedorismo, com mais ações sociais. Tudo isso depende da educação, e eu acredito que nós podemos fazer isso ainda em Porto Alegre, e é por isso que eu estou aqui me colocando à disposição, ouvindo vocês e compreendendo as falhas, os erros em processos como esse, que eu não quero que aconteçam daqui para o futuro. Eu não vou conseguir resolver os problemas do passado, mas eu acho que, daqui pra frente, nós podemos criar uma nova relação.

Todos vocês elogiaram o trabalho das conveniadas; nós temos aí 217 conveniadas que realmente atendem três vezes o volume de estudantes que nós temos nas escolas próprias. As conveniadas são terceiros, são terceiros, e eu tenho... são conveniadas, então é diferente, é diferente, mas, essa relação, nós temos que discutir entre nós, como é que a gente vai fazer então este programa,

que é um programa que vai resolver momentaneamente um problema, mas não vai resolver todo ele, porque, inclusive, quando foi criado, e os números foram colocados, foram daquele momento onde o projeto foi desenvolvido, e eles vão mudando, são dinâmicos, cada vez mais. É por isso que a gente vai avaliar, na sequência, e o grupo de trabalho vai me ajudar também a avaliar outras alternativas que a gente vai fazer, mas, veja bem, nós estamos discutindo aqui um acréscimo de 421 novos profissionais na rede, que vão nos ajudar a minimizar o problema do atendimento do estudante com alguma deficiência. Eu informei para vocês que nós vamos chamar mais de 700 professores, nomear 700 professores do concurso, efetivos, efetivos, sim. Nós, esta semana, estamos chamando 337, nesta semana vão ser 337. E mais cerca de 420 – eu não tenho o número exato –, mas em outubro, para que possam entrar a partir do próximo ano, a gente resolver os problemas. Então eu estou trazendo boas notícias...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. JOSÉ PAULO DA ROSA: Eu expliquei isso na reunião de sexta-feira... eu expliquei que, pelas nossas informações, muitos desses monitores fizeram o concurso para professor. Então eu vou ter que aguardar o chamamento dos professores para ver quais monitores que estão lá entre os 201 que podem ser chamados, ou os atuais, que assumirão como professor para saber quais ou quantos a gente vai chamar. Então eu não posso dizer agora acerca dos monitores, tem que aguardar primeiro chamar os 337 professores, ver como é que vai ser essa movimentação e depois a gente vai sentar para ver como é que ficam esses monitores, os restantes.

Mas eu acho que são boas notícias que nós temos, são 700, mais de 700 professores que a gente está chamando, efetivos, para o quadro. São 421 profissionais que ajudam a minimizar a situação dos alunos com deficiência, e eu convido vocês para, junto comigo, avaliarem se vai ser bom, se não vai, se precisa fazer diferente. Que a gente, em conjunto, pense nas melhores soluções, mas são boas notícias que a gente está trabalhando.

Eu não vou entrar em cada um dos temas porque senão a gente ficaria a tarde inteira aqui falando, mas eu me proponho, no grupo de trabalho, em a gente discutir esses temas. Eu anotei cada um deles aqui e me proponho a discutir com vocês, porque eu entendo que nós podemos levar a educação de Porto Alegre para um patamar mais elevado, e só vamos conseguir fazer isso em conjunto. Eu sei que sozinho eu não vou conseguir e, se nós não trabalharmos aqui pensando nas melhores soluções, esse resultado não vai chegar. Então eu conto com vocês para que a gente possa chegar a um outro patamar, e eu vou ter sempre uma postura de respeito, de transparência, de honestidade para que a gente possa mudar a realidade da educação de Porto Alegre.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Gilson Padeiro está com a palavra.

VEREADOR GILSON PADEIRO (PSDB): Eu quero falar para a Beth. Eu retiro, me desculpa, a minha expressão foi errada, até porque lá na Restinga nós temos a Rita Yasmim que faz um belo trabalho lá, e a gente também abraça aquela causa. Então, eu peço desculpas, eu me expressei errado, está bom? Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Vou agradecer a presença de todos, agradecer a presença do secretário que se dispôs a vir aqui. Dizer que eu conheço o secretário da iniciativa privada, é um excelente profissional, e tenho certeza de que ele vai fazer um belo trabalho. E dizer também... a Rosele falou que nós ficamos bravos na outra vez; ele já está acostumado, Rosele. E a minha opinião é que todos os 36 vereadores, apesar de muitas vezes a gente discutir e brigar no plenário – a gente briga pelo que a gente pensa e no que somos divergentes –, mas todos os 36 vereadores querem o melhor para a Cidade. Só que cada um pensa de um jeito e aí, às vezes, a gente entra em atrito porque pensa diferente, mas, no fundo, todos nós que estamos aqui queremos o melhor para a educação de Porto Alegre e para as crianças do Município e independentemente se têm alguma deficiência ou não têm, mas todos nós

queremos o melhor. Às vezes até assim, não é, Gilson? Expressando que nós não temos o conhecimento que vocês têm lá na ponta, usamos uma expressão errada; as pessoas nos xingam, ficam bravas, a gente entende. Nós, vereadores, somos... a gente atua em todas as áreas aqui, não somos iguais a vocês que são especialistas em educação. E, cada vez que a gente senta aqui, a gente aprende um pouquinho, não é, secretário?

SR. JOSÉ PAULO DA ROSA: Vereador, e tem um problema, quando a gente decora uma palavra, eles mudam a palavra.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Sem contar isso. Mas podem ter certeza de que todos nós aqui queremos o melhor para a Cidade, o melhor para a educação. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 16h16min.)

TEXTO SEM REVISÃO